

A INDISPENSABILIDADE DO BRAILLE EM BIBLIOTECAS COM ACESSO A UTILIZADORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

ISIDRO E. RODRIGUES

* * *

Recuperando um documento por nós elaborado e Agosto de 2003, que serviu de base a uma conferência que proferimos na Covilhã numa jornada planeada e concretizada pela Delegação Local da ACAPO, ao tempo dirigida por António Sardinha, consciencializámos mais vivamente que hoje, tal como então, os nossos pontos de vista concernentes ao tema em epígrafe se alicerçam em realidades inamovíveis sem que consigamos vislumbrar sinais de esperança que nos habilitem a modificar o nosso pensamento.

Assim sendo, retocámos o texto expositivo, dando-lhe um formato adequado a um artigo extensivo a um público mais vasto, de exigências mais apuradas.

Tal como em 2003, temos como certo que todos os temas decorrentes da problemática em alvo têm múltiplas vertentes e cada uma destas pode desencadear uma torrente de opiniões mais ou menos diferenciadas. Com esta convicção, nos dispomos a transmitir o que sabemos e pensamos sobre a matéria que pretendemos focar, aguardando no final o desejável contraditório suscitando questões que provoquem o debate sempre motivador e enriquecedor para todos os que se preocupam com iniciativas que têm como por objectivo desbravar caminhos, encontrar soluções favoráveis à participação integral na vida social dos cidadãos que têm somente, e nada mais, a particularidade de ser deficientes visuais, tal como outros têm a de ser corcundas, tartamudos, ceceosos, de pé chato, anões ou gigantes, obesos, a de ter limitações desta ou daquela natureza.

Deixando para trás esta espécie de introito e, face ao espelhado em epígrafe, na etapa que logicamente se inicia vamos centrar a nossa atenção no que se nos oferece afirmar relativamente a bibliotecas, a livros e outros documentos, e à urgência ou não da necessidade de o Braille ser elemento primordial da atmosfera respirada nestas entidades prestadoras de serviços de leitura a clientes com deficiência visual.

Detenhamo-nos pois, sem mais demoras, no tema em alvo.

O vocábulo Biblioteca significa que a entidade focalizada é uma *teca de biblios*, ou seja, um cofre, um *depósito de livros*, à semelhança de uma discoteca que é uma *teca de discos* ou uma cinemateca que é uma *teca de filmes*.

Ainda que a missão da entidade em alvo seja a de encofrar livros em condições que garantam a sua preservação, a total integridade física, ela é, de facto, por um lado, a de recolher e dar abrigo a todos os documentos *biblios*, tratá-los tecnicamente segundo princípios e normas biblioteconómicos estabelecidos em bases científicas e aprovados pela comunidade internacional e, por outro, não só preservá-los para os vindouros em saudável estado, mas também, e fundamentalmente, torná-los acessíveis no presente aos que neles queiram saciar a fome do conhecimento. Aliás, a última função referida é, para a generalidade dos minimamente responsáveis neste âmbito, aquela que deve merecer mais e melhores cuidados aos que laboram neste domínio de actividades, já que uma biblioteca não pode ser entendida como espaço onde se armazenam livros. Ela é, sim, uma instituição de permanente e intensa promoção de leitura; deve facilitar o acesso aos documentos a quem por eles já tem interesse e, para os indiferentes à convivência com os livros, ou que não têm pura e simplesmente o hábito de ler, deve estabelecer programas de sensibilização, assumir uma permanente atitude chamativa, atraente, geradora do gosto pela leitura. A biblioteca não deve ser passiva, deve, no bom sentido, ser mesmo agressiva.

Sendo as colecções bibliográficas, ou seja, as de monografias e publicações periódicas e de outros documentos ainda que manuscritos, as que constituem os acervos que naturalmente justificam a existência das bibliotecas públicas, de que valeriam estas se os seus conteúdos não estivessem em condições de poderem ser usufruídas? Não estando as espécies à disposição dos utilizadores, elas de nada servirão para quem as pretenda consultar; e estando, mas em condições inadequadas às capacidades de acesso dos que as procuram, o resultado é rigorosamente igual. Imaginemos que uma biblioteca pública tem nos seus fundos bibliográficos apenas espécies em Código Morse, ou em Escrita Cuneiforme, ou Hieroglífica. Nestas condições ela será seguramente um deserto. Ninguém lá entrará, a não ser por ignorância da realidade lá reinante.

Face ao quadro assim pintado, e à convicção de que a mensagem que o mesmo pretende veicular, está integralmente memorizada e compreendida, quase chegamos à conclusão de que, com uma ou duas pinceladas mais, podemos demonstrar a inevitabilidade da presença do Braille em Bibliotecas prestadoras de serviços a utilizadores deficientes visuais.

Naturalmente que isto assim afirmado tão peremptoriamente, tão de chofre, sem quaisquer rodeios, pode gerar um sentimento de desconforto, porque a temática, embora não tendo, na nossa perspectiva, contornos intrincados, estaria a ser abordada de forma demasiado redutora e, quiçá, com laivos de leviandade.

É mais que evidente que, sendo o Sistema Braille aquele que por excelência é, para os cidadãos com deficiência visual, a via mais perfeita, mais acabada, de acesso à leitura, à informação, à cultura, em suma, ao saber, este tem obrigatoriamente de ser elemento constitutivo da atmosfera que se respira nas bibliotecas. Sem ele nelas não haverá vida, porque à atmosfera faltarão o oxigénio. Sem o acesso ao livro através da via Braille, a mensagem colhida não será completa, não corresponderá inteiramente àquela que o seu autor emitiu; haverá entre o receptor e a obra que cada um deve recriar, com toda a liberdade e total independência, algo que o impede de captar a mensagem sem distorções. Cidadão que recorre à leitura de outrem ou ao áudio-livro, não lê, ouve ler; e, portanto, tem acesso a um produto que resulta da interpretação de um intermediário que releva os aspectos a que é mais sensível, que, sem brilho nem cor, passa

despercebidamente por outros que para ele não são mais que charnecas, enquanto que, para o ouvinte, poderiam ser um campo florido, se fosse ele, sem a interposição de um intérprete, a conviver intimamente com a obra do criador, tal como ele a concebeu e quis gerar. Lendo, o agente tem o fetiche de sentir fisicamente o livro; de o sentir nas mãos, nas narinas; tem a capacidade de apreciar e saborear sem restrições o prato que para ele foi requintadamente preparado. Lendo-se, imprime-se à leitura o ritmo que se sente ser o mais adequado a cada trecho, acelera-se aqui, retarda-se adiante, vibra-se mais com esta ou aquela mensagem ou é-se indiferente ou mesmo insensível a determinados aspectos, sempre segundo os ditames do coração e da mente do usufrutuário. A leitura, liberta de interponentes, permite a contemplação do quadro em toda a sua extensão e pormenores. Se o pintor, para gerar mensagens através de elementos de luz e cor, se socorre de toda uma panóplia de técnicas que o habilitam a expressar, na tela, o produto da sua inspiração, o cultor das Letras recorre a um conjunto de grafismos, cada vez mais sofisticados, que, com o elemento primordial — a palavra —, lhe viabilizam a expressão do seu pensamento.

Quem não lê, mas ouve ler, que informação colherá do modelo adoptado para a apresentação do texto, para a sua disposição no suporte livro? Que possibilidade tem de, com rigor, interpretar as nuances que o autor exprimiu através de segmentos sublinhados, em itálico ou em bold, entre aspas ou parênteses? E como se aperceberá do modo como está pontuado o texto, como se sucedem nele os períodos, os parágrafos, os separadores, muitas vezes marcados apenas por uma linha em branco ou mudança de página? Terá a possibilidade de consciencializar a presença de todos estes e outros elementos similares, que não foram usados indiscriminadamente, ou por mero capricho? Todos eles contêm mensagens, veiculam significados que não podem ser ignorados; dão visibilidade a aspectos que o seu criador quis salientar, quis que fossem entendidos, tanto quanto possível, de acordo com o que ele concebera ao idealizar a obra.

Na presunção de que, com o exposto, exprimimos fielmente o que sabemos e pensamos sobre esta matéria, e esperando ter suscitado, com a apresentação desnudada dos nossos pontos de vista, questões que merecem, indubitavelmente, a nossa atenção, entendemos que, ao finalizar esta despreziosa dissertação, se impõe, obviamente, a referência ao áudio-livro e ao livro em suporte informático, dois factos indissociáveis das modernas bibliotecas para cidadãos com deficiência visual.

Quanto ao áudio-livro, que foi, cronologicamente, o primeiro a ser incrementado no seio das entidades em foco, é imperioso reconhecer que este modelo ocupa nelas o seu merecido lugar; é um excelente complemento do livro Braille, apesar das insuficiências atrás apontadas e, para os que estão incapacitados para a leitura, a audição torna-se, sem sombra de dúvida, indispensável. No que concerne à introdução da informática nas actividades das entidades biblioteconómicas, é realidade que, indiscutivelmente, tem que ser classificada como a mais revolucionária; aquela que tudo supera, em termos de inovação, de evolução, e cujo sucesso é inegavelmente visível, palpável; detecta-se pelo olfacto, respira-se na atmosfera. Se, porventura, fôssemos agora tentados a determo-nos sobre esta temática, teríamos — sendo leigos na matéria — que reiniciar esta abordagem e contar com extenso espaço para o fazer de forma minimamente aceitável.

Se a invocámos, foi apenas para considerar uma vertente que veio gerar uma nova paisagem na natureza que confere aos seus frutos (os livros) novos sabores. De facto, as espécies bibliográficas geradas por meios informáticos, são - podemos afirmá-lo sem

hesitação - a globalização dos meios de acesso. Enquanto um livro que é escrito em caracteres comuns só pode ser lido através do sentido da vista; o escrito em Braille, só por quem domina este sistema de leitura e escrita; o produzido em áudio, pelos que, não sendo surdos, optam pela audição, em detrimento da leitura, a um livro processado informaticamente acedem todos, indiscriminadamente, bastando, para tanto, ter ao dispor o terminal adequado às características do utilizador. Cidadãos normovisuais servem-se de ecrãs; com deficiência visual utilizam terminais Braille e os que preferem o meio sonoro terão de optar por sintetizadores de voz.

Considerados os aspectos que, na nossa perspectiva, sobressaem na temática que nos motivou a expressar o nosso pensamento acerca de uma problemática escaldante que cada vez mais suscita apreensões, gera incautos procedimentos, motiva erróneas teorizações com vestes científicas não testadas, resta-nos a consolação de termos resistido à tentação da cómoda posição dos silenciosos ou silenciados, tal como temos a esperança de que o leitor não sinta que nos concedeu infrutiferamente o seu precioso tempo e que o exposto tenha pelo menos o mérito de contribuir para que entre nós se ganhe o saudável hábito de debater com serenidade, sem paixões doentias, a multilateral problemática que decorre da nossa ainda incompreendida existência de cidadãos que, como ficou atrás dito, têm a particularidade de ser deficientes visuais, tal como outros têm tipos de limitações, às vezes bem mais significativas.